

Processos de cassação param na Câmara

BRASÍLIA — O processo de julgamento dos parlamentares que tiveram a cassação requerida pela CPI do Orçamento ficará parado na Mesa Diretora da Câmara até que o plenário da Casa aprove um projeto de resolução que estabelece a realização de sessões ordinárias pela manhã. Até que este documento seja aprovado, a Mesa não enviará a documentação da CPI à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A intenção da Mesa é evitar que os acusados tenham um prazo de cinco semanas para apresentarem sua defesa.

— Se enviarmos agora, começa o processo e não pode haver modificações. Assim que nós aprovarmos o projeto de resolução, o processo seguirá adiante — afirmou o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE).

O problema é que a Câmara só realiza uma sessão ordinária por semana, desde a aprovação das normas internas do Congresso Revisor. A Constituição prevê um prazo de cinco sessões ordinárias para que o deputado acusado apresente sua defesa à Comissão de Constituição e Justiça. Com uma sessão ordinária por semana, significa que os acusados teriam prazo de cinco semanas para se defender.